



OBSERVATÓRIO
BRASIL E O SUL

Perspectivas
do território

Número 4
Janeiro 2016

Apoio



OXFAM
Brasil



Créditos: David Stanley

O Perspectivas do Território é um informativo do Observatório Brasil e o Sul que pretende contribuir com informações e análises sobre o engajamento internacional brasileiro a partir de uma perspectiva territorial, buscando abarcar as diversas dimensões da presença brasileira no Sul Global.

Angola e Brasil: operacionalizando o conceito de cooperação sul-sul?

Laura Trajber Waisbich e Melissa Pomeroy, com colaboração de Renata Boulos e Daniel Martins Silva

Relações Brasil-África passadas em revista: do momento colonial ao século XXI

São muitas as narrativas que ilustram a emergência e a consolidação das relações entre Brasil e Angola: da busca por novos mercados aos manufaturados brasileiros e do acesso a fontes de energia, às inúmeras sinergias histórico-culturais, como a língua portuguesa em comum. Em distintos momentos da história pós-colonial dos dois países, a aproximação bilateral - inserida claramente em um marco de relação Sul-Sul - foi tida como portadora de vantagens políticas e econômicas para ambos os países. Nas últimas décadas, somam-se ainda o apoio político do Brasil à reconstrução de Angola e algumas iniciativas de transferência de tecnologia social nos marcos de uma política de solidariedade e não-indiferença.

Para melhor apreender as relações e interações entre os dois países, primeiramente é importante situá-las em um marco mais amplo das relações do Brasil com o continente africano, sem perder de vista as especificidades de Angola e o fato que a posição destacada desse país no conjunto das relações do Brasil com o continente.

A origem das relações remonta à época em que Brasil e Angola, então colônias portuguesas, vivenciavam uma relação marcada pelo tráfico de escravos vindos de Angola ao Brasil, assim como pelo fluxo de governadores portugueses que atuaram durante décadas nos dois lados do Atlântico (Pantoja, 2003). Houve incluso em

1822, quem desejasse daquele lado do Atlântico que houvesse uma união administrativa entre Angola e o recém independente Brasil¹.

Com a independência brasileira, o fim do tráfico de escravos e a aceleração da penetração da Europa no continente africano, as relações com a África perderam espaço e o Brasil concentrou suas energias em suas relações internacionais com a América Latina, a Europa e a América do Norte. Simultaneamente, a ocupação colonial da África por outras potências além de Portugal é tida, no discurso diplomático nacional, como igualmente responsável pelo corte das relações do Brasil com o continente após 1888. Este padrão distante manteve-se até o fim da década de 50 (Penna Filho, 2006).

Nas décadas seguintes o grande movimento de descolonização da África teve o apoio, no melhor dos casos, ambíguo do Brasil (Pinheiro, 2007; Abdenur e Rampini, 2015), mesmo apesar do impulso dado à questão da autodeterminação dos povos no marco de Bandung e da emergência do Movimento dos Não-Alinhados, do qual o Brasil nunca participou formalmente mas sempre viu com bons olhos. No entanto, no caso angolano a posição do Brasil foi mais certa, sendo ele o primeiro país a reconhecer o novo Estado em 11 de novembro de 1975² e rompendo com sua tradicional hesitação em relação aos processos de descolonização na África.

Para além da solidariedade, o então presidente Geisel, tinha também uma clara intenção de abrir novas alternativas energéticas ao Brasil, em um contexto de crise do fornecimento de petróleo pelos países do Oriente Médio³ (Pinheiro, 2007). O colonialismo português havia se tornado um fardo e romper com ele era iniciativa bastante condizente com o princípio de Pragmatismo Responsável, que permeou a política externa do presidente Geisel⁴. Tal gesto inequívoco por parte do Brasil em 1975 constitui-se como elemento importante do imaginário simbólico e das narrativas de brasileiros e angolanos, ao se referirem à “amizade” entre as duas nações.

Há, portanto, durante a Guerra Fria um renovado interesse na região, durante a vigência da Política Externa Independente (PEI)⁵, com o aumento das relações comerciais e a emergência de uma preocupação geopolítica com o “Atlântico Sul” por parte do governo brasileiro. No início no marco do apoio à luta anticomunista e depois com a assinatura, em 1986, do acordo para a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul - ZOPACAS e a garantia de um território fronteiriço do Atlântico Sul livre de armas nucleares⁶.

As primeiras relações econômicas entre Brasil e Angola datam igualmente do fim da década de 1970 e sua matriz pouco se alterou desde então. Comercialmente, a relação foi estruturada de modo que o Brasil exportasse produtos manufaturados e semimanufaturados e recebesse em retorno os produtos derivados do petróleo angolano. Em 1979, foi aberto o primeiro canal de investimento externo direto (IED) brasileiro em Angola, pela estatal Petrobras justamente no setor petrolífero. Nos anos que se seguiram também surgiram iniciativas para intensificar as relações comerciais entre os dois países no intuito de combater parte dos efeitos da crise econômica que abateu ambos países durante a década de 1980 (Badin e Morosini, 2014).

Embora o fim da Guerra Fria tenha desaquecido as relações entre o Brasil e o continente africano de maneira geral⁷, em Angola o Brasil passa a se engajar mais fortemente. José Sarney foi o primeiro presidente brasileiro a visitar Angola, em 1989. Alguns anos depois o Brasil enviou tropas ao país⁸, junto às forças de paz das Nações Unidas, no marco da UNAVEM - United Nations Angola Verification Mission, buscando o fim da guerra civil angolana⁹. Na época, o engajamento brasileiro foi descrito pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) como uma prova da solidariedade do Brasil e da “amizade singular” que unia os dois países (Lampreia, 1995).

Neste período também ocorreu a primeira tentativa de renegociação da dívida angolana com o Brasil, ainda na gestão

1 Ver Rizzi, 2005.

2 Nota-se, paralelamente, que o Brasil já tinha uma Representação Especial em Luanda, antes mesmo da independência angolana.

3 Ver Badin e Morosini, 2014

4 O fim da aceitação do colonialismo português na África já começava a se desenhar no início dos anos 60 com a Política Externa Independente (1961-1964) de Jânio Quadros e João Goulart. No entanto, a aproximação com a África sofre um outro revés com a chegada dos militares ao poder, sobretudo nos primeiros anos do presidente Castello Branco, no contexto de retomada do viés Americanista da PEB (Pinheiro, 2007). Mais especificamente sobre Pragmatismo Responsável ver: Cervo e Bueno, 2002 e Altemani, 2005.

5 Sobre PEI ver também Cervo e Bueno, 2002 e Altemani, 2005.

6 Para mais sobre o Brasil e sua política para o Atlântico Sul, ver Abdenur e Souza Neto, 2014.

7 Desinteresse este também ligado a um contexto mais amplo da política externa brasileira e dos contornos desejados pelos sucessivos governantes do período de tornar o Brasil um “Estado normal” ou “logístico”, no pós-redemocratização, por meio da valorização das relações do país sobretudo com seus parceiros do Norte (Cervo, 2003).

8 Importante lembrar que embora o Brasil envie militares e policiais em distintas operações de paz da ONU, apenas em cinco casos o país cedeu tropas (unidades militares formadas): Suez (UNEF I), Angola (UNAVEM III), Moçambique (ONUMOZ), Timor-Leste (UNTAET/UNMISSET) e Haiti (MINUSTAH).

9 No total, segundo o MRE a participação brasileira nas operações de paz da ONU em Angola (UNAVEM I, II e III) mobilizou um total de 4253 homens até 1999. Sendo 3577 do Exército, 654 da Marinha e 22 da Aeronáutica. A UNAVEM III (1995-1997) foi a maior contribuição do exército brasileiro (com cerca de 1200 homens deslocados) a missões de paz na década de 1990. A experiência em Angola é tida ainda como um precursor bastante útil para identificar entraves administrativos e operacionais para o deslocamento e atuação (com o estabelecimento de procedimentos para sanções disciplinares, por exemplo) das tropas armadas brasileiras, o que serviria depois para balizar e regulamentar novas ações nas décadas seguintes. Para saber mais sobre a participação do Brasil na UNAVEM, ver Fontoura, 1999.

de FHC em 1995. Já naquela época eram claros os vínculos entre aliviar a dívida bilateral e com isso alavancar investimentos brasileiros no país¹⁰. Na época, o então presidente Cardoso justificaria a ação nos seguintes termos: “Estamos buscando soluções que permitam retomar os créditos e ampliar os investimentos brasileiros em Angola. O bom encaminhamento da questão da dívida bilateral é um compromisso que nós queremos consolidar.” (Fernando Henrique Cardoso in Lampreia, 1995)

Subsistiram portanto iniciativas de peso com Angola, frente a um contexto geral de pouco interesse brasileiro no continente africano como um todo. A chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder no início dos anos 2000 é acompanhada por

uma virada nas relações Sul-Sul que reverte este panorama de desinteresse no continente e retoma a ideia de “Atlântico Sul”¹¹ e das relações Brasil-África como um sólido trampolim nos esforços de ampliar a influência global do Brasil.

No caso específico das relações com Angola, embora houvesse continuidade de uma política de Estado, a chegada do presidente Lula ao poder coincidiu temporalmente com o fim da guerra civil angolana. Configurou-se, dessa forma, a abertura de novas oportunidades de engajamento construtivo no marco da reconstrução angolana tanto em sua dimensão material de infraestrutura, como relacionada à engenharia institucional de reconfiguração do Estado e das instituições públicas.

Século XXI: do Africanismo de Lula à contenção atual

A valorização das relações com a África foi traço marcante durante os dois mandatos do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010). Ao longo dessa primeira década do século XXI, o estreitamento dos laços entre o Brasil e o continente africano se deu por meio do aumento no número embaixadas e missões diplomáticas brasileiras no continente (de 18 em 2003 a 39 em 2010) e do crescimento vertiginoso das relações comerciais do Brasil com diferentes parceiros africanos, com grande destaque a Angola¹². Soma-se às duas dimensões anteriores, a expansão da cooperação técnica para o desenvolvimento do Brasil na África nesse período. A era Lula abre, portanto, uma cooperação multidimensional com a África (Visentini e Pereira, 2009).

Ao longo de seus dois mandatos, Lula visitou, em 12 ocasiões distintas, 29 nações africanas realizando duas viagens oficiais à Angola (em 2003 e 2007). O então Chanceler Celso Amorim foi a Angola três vezes durante os mais de nove anos que ocupou o cargo. Comparativamente, a atual presidente Dilma Rousseff fez até então uma viagem ao país (ainda em 2011, a caminho do encontro Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul de Durban, na África do Sul). Entre os chanceleres de Dilma, Antonio Patriota, visitou Luanda uma vez (2011) e Luiz Alberto Figueiredo nenhuma. O atual Ministro Mauro Viera visitou Angola já em seus primeiros

meses no cargo e reafirmou a prioridade das relações com o continente, enquanto política de Estado. Para além do anedótico, as viagens representam não somente um símbolo importante na diplomacia presidencial, mas também constituem elementos fundamentais nos esforços de reaproximação do Brasil com o continente africano.

Analistas acreditam que o périplo pela África Austral, no qual se inseriu a visita de Vieira à Angola, marque uma vontade por parte do governo brasileiro de acenar para os parceiros africanos e retomar a presença brasileira em um contexto aonde a crise econômica no Brasil fez com que as relações bilaterais fossem despriorizadas. Cristalizando esta retomada tem-se a assinatura de um Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre os dois países (ver Box I). Segundo o governo brasileiro, o acordo “antecipa a parceria de longo prazo com o governo angolano, com vistas a diversificar a presença empresarial brasileira em Angola, estimular exportações e promover a integração produtiva entre os dois países” (BRASIL, 2015). Ainda segundo o Itamaraty, o acordo angolano é “o segundo tratado assinado com base em um novo modelo brasileiro de acordos de investimentos, que busca incentivar o investimento recíproco através de mecanismo de diálogo intergovernamental, apoiando empresas em processo de internacionalização”.

¹⁰ Uma estratégia que foi bastante utilizada pelo sucessor de FHC, Luís Inácio Lula da Silva, nos anos que se seguiram com outros países africanos.

¹¹ Sobre a retomada do conceito geopolítico de “Atlântico Sul” ver: Badin e Morosini, 2014; Abdenur e Souza Neto, 2014.

¹² Ver palestra do Embaixador Paulo Cordeiro, responsável por África e Oriente Médio no Itamaraty em <http://brasilnomundo.org.br/analises-e-opiniao/a-politica-externa-brasileira-e-as-relacoes-com-a-africa/#.VN3kYrDF-Ho>.

Ver também análises da mídia a este respeito em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,em-uma-decada-relacao-do-brasil-com-a-africa-avanca-mas-enfrenta-criticas,1090652>

e http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/10/111017_diplomacia_africa_br_jf.shtml

Box 1

Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos: fórmula Sul-Sul para o regime de Investimentos Externos?

Em março de 2015, o governo brasileiro inaugurou um novo modelo de regulação para investimentos externos, nos marcos da diplomacia Sul-Sul: os Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFIs). Trata-se de um trabalho entre Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior juntamente com o das Relações Exteriores, Fazenda, a Câmara de Comércio Exterior e o setor privado (MDIC, 2015). Primeiramente assinado com Moçambique, seguido por Angola, México, Malawi e Colômbia - países onde as companhias brasileiras atuaram fortemente nos últimos anos e no momento aguardam a ratificação do Congresso Nacional (Iglesias; Costa, 2012).

Apesar de ser um dos maiores países receptores destes fluxos, historicamente, o Brasil esteve à margem da rede global dos tratados bilaterais de investimento (TBI), dada a resistência política existente no Legislativo e Judiciário, nos anos 1990. Entre as preocupações, mencionadas em um relatório da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados de 2001, está a corrosão da soberania, uma vez que os interesses dos investidores eram prioritários frente aos do governo brasileiro, além de outras questões divergentes dos princípios constitucionais.

A novidade destes acordos está sobretudo na cooperação entre agências governamentais dos países (incentivando os investimentos recíprocos e internacionalização das empresas) e consideração às leis nacionais dos países acordantes. Os mecanismos regulatórios prevêm programas de transferência de fundos, procedimentos de visto e licenças técnicas ou ambientais, mas também dispositivos que abordam transferência de tecnologia, capacitação e outros que contribuem para superar as assimetrias estruturais entre as partes (Brasil e seus parceiros). Além disso, diferentemente dos tradicionais TBIs os investidores privados não podem iniciar arbitragens contra o Estado.

Embora corresponda às expectativas do Sul global por uma governança mais flexível para o regime internacional de investimentos, acredita-se haver retrocessos que precisem ser superados, tais como a ambiguidade quanto à capacidade de garantir práticas corporativas socialmente responsáveis para os territórios em que investem, devido a definições obscuras do acordo. A seção de responsabilidade corporativa social consiste em princípios voluntários, sem força de lei. Ademais, fica dependente do nível de comprometimento do Estado receptor dos investimentos quanto aos parâmetros reconhecidos em matéria de direitos humanos.

A contenção da Política Externa Brasileira em relação ao continente africano a partir de 2011 – já na gestão Dilma – também pode ser vista por outro ângulo: o orçamentário. O sustentado reajuste orçamentário que se abateu sob a pasta do Ministério de Relações Exteriores teve, segundo especialistas, diversos impactos na relação do país com África¹³.

Mais especificamente no caso da cooperação para o desenvolvimento, a queda – desde 2010 – dos recursos destinados pelo Itamaraty à Agência Brasileira de Cooperação (ABC)¹⁴, bem como, de maneira mais geral, a diminuição do orçamento federal destinado a atividades de cooperação internacional (Beghin, 2014)

também são fatores que fragilizam o rol de interações entre o Brasil e o continente. Na contramão destes dados, a presidente instruiu em 2013, a criação de um grupo interministerial sobre África. Neste mesmo ano, a presidente fez um discurso em Addis Abeba aonde prometia a criação de uma nova agência de cooperação, a ABCD, cuja missão aliaria promoção de cooperação técnica e investimento. Pouco destas promessas saiu de fato do papel. E até o momento, não houve reforma na estrutura da ABC¹⁵.

Essa contenção oficial (sobretudo aquela que diz respeito à cooperação técnica horizontal) no continente africano não é visto com bons olhos por muitos dos atores presentes no terreno¹⁶. Para

¹³ Ver declaração do especialista José Sombra Saraiva a BBC a este respeito em Schreiber (2014).

¹⁴ A redução do orçamento da ABC, a partir de 2010, impacta no curto e médio prazo na capacidade do Brasil de atender novas demandas de cooperação técnica. São limitados os estudos que conseguem desenhar a série histórica, pois os dados oficiais a partir de 2010 tornaram-se mais escassos, sem que houvesse, por exemplo, novos levantamentos públicos da cooperação brasileira para o desenvolvimento por parte da ABC/IPEA. Algumas pistas para a reflexão, no entanto, podem ser encontradas em Abreu (2013).

¹⁵ Sobre o debate acerca da reforma e as diferentes visões em jogo, ver Leite et al, 2014.

¹⁶ Ver Leite et al, 2014. Especificamente, sobre o conceito de "subimperialismo", aplicado a ação dos países dos BRICS na África ver Bond, 2014. Sobre a percepção de neocolonialismo ver:

<http://brasilnomundo.org.br/analises-e-opiniao/a-politica-externa-brasileira-e-as-relacoes-com-a-africa/#.VN3kYrDF-Ho>

eles, a redução dos aportes governamentais do Brasil acarreta não apenas em um risco de descontinuidade de muitas das iniciativas já iniciadas, desestabilizando atividades em cursos e frustrando os parceiros locais, bem como um risco de reduzir a presença brasileira a um setor privado de tipo “extrativista ou predador” que faria com que a imagem do país se aproximasse do que algumas vozes críticas tem chamado de “neocolonialismo” ou “subimperialismo” dos emergentes no continente africano (PACS, 2013). Paralelamente, o desengajamento precoce acarreta em uma perda de oportunidade de aprimorar a cooperação a partir de aprendizados tirados da prática. Dado que apenas muito recentemente a vivência no terreno tem gerado estudos de avaliação e monitoramento, a retração significa também um desperdício em termos de possibilidade de incorporação de lições aprendidas.

No entanto, em coletiva sobre o périplo africano, o Embaixador Fernando Abreu, então diretor da ABC afirmou que não houve redução orçamentária no número de projetos, mas redução do custo médio de projetos sem alterar sua qualidade por meio do planejamento e busca por novas parcerias¹⁷.

Apesar do cenário de contenção orçamentária, a presidente Dilma não deixou de incentivar empresas brasileiras a aumentarem sua

presença na África anunciando o perdão da dívida de 12 países africanos que totalizavam US\$ 897,7 milhões como “um ato de solidariedade”. O investimento em países da África Subsaariana foi especialmente notável. Vale lembrar que o BNDES só pode apoiar a ação de empresas brasileiras em países que não devem ao Governo Brasileiro. No caso de Angola, especificamente, foi anunciado o perdão de uma dívida de US\$ 315 milhões¹⁸. Entretanto, a provável reestruturação da carteira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como a redução dos aportes do Tesouro ao Banco¹⁹, os desdobramentos da Operação Lava Jato e seu impacto no portfólio de investimentos das principais multinacionais brasileiras²⁰ e o acirramento da competição com a China e a Índia por mercados acarretam desafios e oportunidades para o Brasil e sua relação com o continente africano.

Em termos gerais, a contenção vai justamente na contramão do que parece ser o elemento central e frequentemente ressaltado tanto pela academia, quanto por atores trabalhando no terreno: a necessidade de criação de uma política coerente para a África e de construção de um projeto estratégico de parceria no e para o desenvolvimento entre as duas regiões, o que inclui um debate mais aprofundado entre diversos atores: governo, setor privado, academia e sociedade civil.

Ponte interatlântica: o lugar da lusofonia nas relações bilaterais

Intimamente ligado à formação de ambos os Estados e ao seu passado colonial comum, a língua portuguesa (ou a lusofonia) é um elemento importante da atual relação entre Brasil e Angola.

A presença de funcionários angolanos em cursos de administração pública no Brasil - gênese da cooperação técnica horizontal entre os dois países ainda na segunda metade do século XX - mostra bem a centralidade das atividades de formação de quadros nos intercâmbios entre os dois países (Gusmão, 2010)²¹. Hoje, para

além dos intercâmbios bilaterais, grande parte do aporte da lusofonia nas relações entre os dois países se dá por intermédio da CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa, criada em 1996 e da qual fazem parte Angola, Brasil além de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

A CPLP permitiu um aprofundamento das relações bilaterais, promovendo mais espaços de diálogo de alto-nível entre

¹⁷ <https://www.youtube.com/watch?v=pvJ1MDbV9g0>

¹⁸ Ver mais em <http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/6417/doc/1107459952.pdf>

¹⁹ Sobre a provável redução na capitalização do BNDES, via aportes do Tesouro, a partir do 2o semestre de 2015 ver:

<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,bn-des-vai-precisar-de-novo-aporte-de-r-30-bi-no-1-semestre-de-2015,1614049>

²⁰ Das grandes multinacionais brasileiras com presença em Angola (Petrobras, Vale, Odebrecht, Camargo Correa, Queiroz Galvão e Andrade Gutierrez), todas, exceto a Vale, estão sob investigação, no contexto da Operação Lava Jato da Polícia Federal.

²¹ Ainda hoje, o intercâmbio entre servidores públicos dos dois países é parte importante da carteira de projetos de cooperação horizontal, em setores diversos como Finanças, Saúde, Educação, entre outros. Há incluso iniciativas financiadas pela cooperação trilateral, como os casos do Projeto de Fortalecimento da Administração Pública (Brasil-Angola-Noruega) e de capacitação de recursos humanos para o Hospital Josina Machel (Brasil-Angola-Japão) (OCDE, 2009).

autoridades dos dois países, assim como projetos de cooperação técnica multilateral, como é o caso do Programa de Formação Técnica em Informação em Saúde, baseado na experiência da agência brasileira Fiocruz²².

Para o Brasil a importância da CPLP não é negligenciável e tem adquirido um peso crescente nos últimos anos (Miyamoto, 2009; Nazar, 2014). Como seria de se esperar, o eixo cultural da CPLP, junto ao econômico são prioritários. Mais concretamente, ao explorar as sinergias advindas da lusofonia o Brasil busca obter apoio às pretensões globais do país, projetar seus interesses no exterior e obter legitimidade para posicionar-se em assuntos globais e/ou ligados a estes países.

Lusófonos no Brasil

Desde uma lente mais societária, há outros elementos da lusofonia que participam da construção das relações bilaterais. Aparte da diáspora angolana de ontem (os escravos e descendentes de escravos), tem-se hoje inúmeros angolanos residentes no Brasil: estudantes, migrantes, ou então aqueles que vieram com status de refugiados.

O Brasil recebe anualmente um número considerável de estudantes angolanos, sobretudo por meio de programas de cooperação educacional como o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), e de Pós-Graduação (PEC-PG)²⁴, administrados pelos Ministérios das Relações Exteriores e da Educação do Brasil²⁵. Na origem deste intercâmbio científico e acadêmico entre ambos os países, ainda durante a Guerra Fria, estavam não apenas as afinidades culturais e linguísticas, mas também a inserção competitiva das universidades brasileiras fazendo concorrência às portuguesas e às do campo socialista para a atração de estudantes

No entanto, apesar das relações privilegiadas que o Brasil mantém com os membros da CPLP, individualmente o engajamento do país com o órgão ainda é de baixa intensidade e aquém do seu potencial seja porque os convênios ainda são limitados ou porque nem sempre há afinidade política entre os membros. Existem análises que indicam, no entanto, que a CPLP tem servido como mecanismo indutor de demandas por cooperação técnica brasileira²³. De mesmo modo, não se pode negar que a lusofonia participa ativamente da escolha dos parceiros de cooperação técnica do Brasil. Desde 2004, os países de língua oficial portuguesa (PALOP) e Timor Leste figuram entre as prioridades oficiais da ABC. Ademais, dada a facilidade do idioma em comum, é bastante natural a ênfase em países de língua portuguesa (Cabral e Weinstock, 2010). Em alguma medida, o mesmo ocorre no âmbito do setor privado em sua escolha para investimento no exterior (Leite et al, 2014).

angolanos (Figueiredo e Fonseca, 2009). Atratividade esta que o Brasil ambiciona manter até hoje.

A análise da presença de estudantes angolanos no Brasil, bem como de estudantes oriundos de outros PALOP tem se beneficiado consideravelmente de aportes vindos da disciplina de Antropologia. Especialistas trabalhando nesta dimensão enfatizam uma perspectiva diacrônica da migração internacional de nacionais dos PALOP ao Brasil, sobretudo entre 1974 e 2006, permitindo compreender a inserção das nações africanas na ordem social globalizada e a migração estudantil como um projeto não apenas de desenvolvimento individual e familiar, mas também político e cultural entre nações (Subuhana, 2010).

Os estudos antropológicos enfatizam ainda – sob uma lente bastante humana – os desafios e dilemas vividos pelos estudantes residentes temporários no Brasil: dos entraves burocráticos à

²² Ver reflexão sobre este Programa em "Avaliação da Formação Técnica em Informação em Saúde para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor Leste: alguns pontos para reflexão" (Trabalho apresentado na XI Jornada da APDIS, março de 2014). Ver também notícia da Fiocruz a respeito deste trabalho em:

<http://www.iciet.fiocruz.br/comment/reply/1139>

²³ Em Leite et al, 2014 é discutido o papel não apenas da CPLP, mas de muitas organizações internacionais em gerar demandas pela cooperação técnica brasileira. Ver mais em:

http://www.obs.org.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=726:brazil-and-the-international-development-cooperation-at-the-community-of-portuguese-language-speaking-countries-cplp-perspective-on-food-and-nutrition-security&Itemid=130. Ver também Esteves et al, 2015.

²⁴ O PEC-G, criado em 1965 oferece a estudantes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordo educacional, cultural ou científico-tecnológico a oportunidade de realizar seus estudos de graduação em Instituições de Ensino Superior brasileiras. O Programa é financiado pelos Ministério das Relações Exteriores e pelo Ministério da Educação. Já o PEC-PG, para pós-graduação no Brasil, é financiado pelo MRE e pela CAPES.

²⁵ Sobre o papel do PEC-G e PEC-PG no aumento da vinda de estudantes angolanos ao Brasil, ver: Liberato, 2012. Segundo Liberato, em 2010, 41 angolanos vieram ao Brasil por meio do PEC-G e em 2011, foram selecionados 83 angolanos. Alternativamente, segundo levantamento feito pelo IPEA/ABC (2013), em 2010 foram concedidas 147 bolsas a angolanos na modalidade PEC-G e 6 na modalidade PEC-PG.

obtenção de vistos aos percalços de integração, com grande ênfase à questão do racismo e até mesmo violência sofridos por eles²⁶. Este tipo de estudo se torna ainda mais crucial em um contexto aonde a comunidade de política externa tende a retratar as relações entre Brasil e seus parceiros africanos de maneira bastante idealizada e aconflitiva. A vida dos estudantes angolanos no Brasil descreve portanto uma realidade diferente ao cenário ideal de solidariedade entre povos. Não por acaso, são justamente os trabalhos oriundos da Antropologia que começam a contrapor de maneira mais sistemática os princípios da cooperação brasileira e a sua prática, incluso desconstruindo algumas narrativas, como a das afinidades culturais com os países africanos.

A cooperação educacional ganhou em densidade com a criação da Unilab – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - em 2010²⁷. Segundo dados de 2014, hoje a universidade tem 2.056 estudantes de graduação, sendo 1.446 brasileiros, 46 de Angola, 73 de Cabo-Verde, 360 de Guiné-Bissau, 17 de Moçambique, 44 de São Tomé e Príncipe e 70 do Timor Leste (Unilab, 2015).

Afora a perspectiva oficial, existem exemplos de programas de cooperação sul-sul realizados entre entidades da sociedade civil, mesclando educação formal e não-formal, como é o caso do Programa de Intercâmbio com a África Lusófona da Conectas Direitos Humanos (2008-2011), para defensores de direitos humanos, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (2001-2011), do Programa de Formação em Orçamento e Direitos Humanos e Estudo sobre Investimentos Brasileiros na África, ambos do INESC, Grupo de Trabalho do Conselho de Soberania e

Segurança Alimentar e Nutricional (desde 2011), Plataforma dos Camponeses da Comunidade de Países de Língua Portuguesa – no Brasil representado pela CONTAG (desde 2012), Building Capacity in Food Security in Brazil and Angola, do Centro de Segurança Alimentar da Universidade de Ryerson no Canadá em parceria com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA) (2004-2010), entre outros.

A lusofonia também está presente na base da migração e refúgio de angolanos no Brasil. Os cidadãos angolanos são hoje a terceira maior nacionalidade em números de refugiados no país, representando um total de 1.067 refugiados reconhecidos, situando-se apenas atrás de sírios e colombianos (ACNUR, 2014). Esse alto número revela a opção dos angolanos pelo Brasil ao deixarem seu país sobretudo no contexto da guerra civil. Dados recentes mostram que já em 2010 os angolanos não figuravam entre as nacionalidades que mais demandavam refúgio no Brasil e desde 2012 o Brasil adota uma cláusula de cessação de refúgio aplicável aos angolanos, com base em orientação global expedida pelo ACNUR naquele ano²⁸.

Enquanto isso, do outro lado do Atlântico, distintos elementos da sociedade brasileira como as novelas na televisão e a música brasileira²⁹, as Igrejas protestantes e evangélicas³⁰ se fazem presente em Angola. Há, inclusive, quem postule que a formação da identidade de Angola, como nação independente, esteja intimamente relacionada com o diálogo com o Brasil e a identidade brasileira (Santos, 2012).

²⁶ Sobre isso, ver denúncia da organização não-governamental Geledés acerca de violência policial sofrida por estudantes angolanos em São Paulo, em abril de 2015, disponível em:

<http://www.geledes.org.br/32721/#axzz3YGRgl8oD>

²⁷ A missão da Unilab é “contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional.”

²⁸ Ainda no tema do refúgio, mas no sentido inverso, salienta-se o papel histórico de Angola (e de Moçambique), como terra de acolhida de refugiados e exilados brasileiros (fugidos da ditadura militar no Brasil), muitos dos quais incluso se envolveram posteriormente na luta de libertação nacional das então colônias portuguesas. Sobre este tema ver, por exemplo, Correa e Homem, 1977, Mocagno, 2014 e Azevedo, 2012.

²⁹ Sobre como as novelas e a música brasileira fazem parte da cultura angolana ver: Borges, 2007 e Dos Santos, 2012. Em entrevistas realizadas para esta pesquisa, os nomes mais mencionados foram os das emissoras Globo e Record e dos cantores brasileiros de samba e pagode como Martinho da Vila, Zeca Pagodinho, Jorge Aragão, e Martinália.

³⁰ Em 2013, o governo angolano proibiu a atuação de igrejas evangélicas brasileiras no país, com exceção da Igreja Universal do Reino de Deus. Segundo matéria da Folha de São Paulo, na época a Igreja Universal do Reino de Deus tinha 230 templos no país, enquanto a Mundial do Poder de Deus tinha 30 templos. Ver Campos Mello, 2013.

Cooperação Sul-Sul: comércio, investimento e transferência de tecnologia social

A cooperação entre Brasil e Angola é um bom exemplo de cooperação sul-sul (CSS) em que diversas modalidades como, cooperação técnica horizontal e elementos de comércio e investimento, assim como a ação de atores públicos (distintas agências governamentais) e privados (setor privado, academia, organizações não-governamentais) coexistem.

O primeiro instrumento jurídico bilateral de cooperação entre os dois países, o “Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica”, foi assinado em 1980 e entrou em vigor em 1982, tornando-se posteriormente um guarda-chuva para 15 ajustes complementares e três protocolos até hoje (MRE, 2015; Badin e Morosini, 2014). No total, até o momento, Brasil e Angola assinaram 71 atos internacionais, dois quais 45 estão atualmente em vigor³¹.

Diferentemente de outros países africanos com os quais Brasil coopera, Angola não é economicamente dependente da ajuda externa (e da tradicional Ajuda Oficial ao Desenvolvimento - AOD). Com Angola, muito da cooperação para o desenvolvimento – sobretudo dos chamados “novos prestadores”, como o Brasil - tem sido permeada pela natureza mesma do modelo de desenvolvimento angolano e de sua dependência do petróleo³² (Esteves et al, 2015). Esta condição se materializa numericamente: em 2013, 94,7% da pauta exportadora de Angola era composta por combustíveis (MRE, 2014) e molda grande parte das relações entre Luanda e seus parceiros.

A gênese dos acordos de cooperação técnica entre Brasil e Angola está ligada ao projeto de construção da hidrelétrica de Capanda, pela Odebrecht e a Technopromexport, empresa russa do ramo da construção a partir de 1986, com termos adicionais assinados entre as partes para estabelecimento de programa de treinamento vocacional de angolanos no setor da construção civil³³. Desde o início, a cargo de implementar esta parceria fica o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial³⁴. Apesar de idealizado

na década de 80, por conta do conflito armado em Angola, esse e outros projetos só tiveram seu início efetivo no final da década de 90.

A partir deste diálogo interinstitucional, entre o SENAI e suas contrapartes em Angola, é construído o Centro de Formação Profissional Brasil-Angola em Cazenga; o primeiro centro do SENAI instalado no exterior. Tal projeto respondia a uma dupla demanda da parte de Angola: qualificar a mão-de-obra local e reinserir socialmente refugiados e ex-combatentes da guerra civil. O acordo foi firmado em 1997 e o centro abriu suas portas no ano 2000. Como previsto entre as partes, em 2005 a gestão do Centro foi totalmente transferida ao governo angolano (Gonçalves, 2011). Entre 1999 e 2006, mais de 3 mil angolanos foram capacitados pelo centro em áreas como mecânica diesel, construção civil, confecções e TI. Mais recentemente, o SENAI esteve envolvido em outras iniciativas tais como na de cooperação triangular do Centro de Formação Profissional Brasil-Angola-Japão ou na prestação de serviços educacionais e técnicos às empresas brasileiras.

O caso dos centros de formação, uma das primeiras iniciativas de peso do Brasil em Angola, é bastante interessante no que tange aos arranjos institucionais que incluem distintos atores (uma agência implementadora não governamental, representantes do setor privado e o setor público de ambos os países). Aponta também para uma tendência, que se verificou posteriormente em outros casos, de diálogo bastante sinérgico entre setor privado e setor público brasileiros como, ainda que guardadas as diferenças entre eles, “agentes de promoção de desenvolvimento”.

De forma mais geral, acredita-se que nas relações Brasil-Angola, o comércio surgiu antes da cooperação técnica. E neste sentido, os anos 2000 foram especialmente frutíferos para o diálogo entre as partes. O contexto foi favorável para ambos: de um lado, o fim da guerra civil e do outro, a estabilização econômica do Brasil e o investimento na COBRADI.

³¹ Ver seção de Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores (dai-mre.serpro.gov.br).

³² O setor petrolífero representa aproximadamente 40% do PIB angolano e 90% da fonte de renda do governo (Rizzi, 2005). A maior parte da exploração se dá na provincial de Cabinda, enclave geográfico, cuja população é etnicamente distinta dos demais grupos de Angola e cuja história política tem sido marcada por inúmeros conflitos armados com Luanda.

³³ Simetricamente, o termo também previa mecanismos para facilitar vistos para brasileiros em Angola.

³⁴ O SENAI é de fato um ator-chave da COBRADI. Ao lado da Fiocruz do Ministério da Saúde e da EMBRAPA, ele é uma das principais agências implementadora de projetos negociados e financiados pelo MRE/ABC e a cara do Brasil no exterior. Estudo recente mostra o SENAI cooperando com 26 países do Sul, localizados na América Latina e Caribe, na África lusófona e no Timor Leste. O Centro de Formação Profissional Brasil-Angola é tido como o início da colaboração mais estreita entre o SENAI e o governo brasileiro, sobretudo a ABC (Gonçalves, 2011).

Cooperação Técnica

A diversificação de atividades e de atores brasileiros presentes em Angola já começa a ocorrer desde o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Processo este que se torna ainda mais intenso a partir de 2003, com a chegada de Lula e do Partido dos Trabalhadores ao poder³⁵, cuja ênfase nas relações sul-sul em geral e na cooperação sul-sul para o desenvolvimento em particular são amplamente documentadas (Lima, 2005; Saraiva, 2007; Leite et al, 2014).

Na era Lula, para além do maior volume de recursos destinados a projetos em Angola, setores como saúde, educação, administração pública, agricultura ganham proeminência; bem como suas agências implementadoras (FIOCRUZ, Embrapa, ENAP). Expande-se também o arranjos trilaterais, feitos entre Brasil-Angola e organismos internacionais como a FAO ou a CPLP ou então com doadores tradicionais, como a Noruega e o Japão.

Segundo Leite et al, 2014, entre 2005 e 2010, a ABC investiu US\$ 1,2 milhões em projetos de cooperação técnica em Angola (situando o país na 9ª posição entre os principais receptores). Apenas em 2010, a África recebeu um pouco mais de 75% da cooperação técnica brasileira. Salienta-se que, comparativamente, Angola recebeu menos do que os demais países lusófonos da África e ficou com 7.2% do total destinado ao continente, menos que todos os demais: Cabo Verde (24.4%); Guiné-Bissau (21.2%); Moçambique (13.3%); São Tomé e Príncipe (10.4%) (Brasil, 2013).

Se a dimensão do treinamento vocacional em Angola teve um reconhecido aporte brasileiro, o panorama da cooperação oficial brasileira hoje em Angola conta com outros dois grandes núcleos: as atividades em saúde e as atividades em agricultura e segurança alimentar e nutricional (Esteves et al, 2015). Em ambas as políticas há a intenção, por parte dos implementadores, de inclusão

de projetos de caráter estruturante³⁶, como mostra o caso do programa de mestrado em saúde pública criado pela FIOCRUZ em Angola, com apoio do CAPES para conclusão dos estudos no Brasil.

Com base no banco de projetos da ABC, a cooperação oficial brasileira em Angola hoje conta com seis projetos em andamento (Projeto-Piloto em Doença Falciforme, Capacitação do Sistema de Saúde da República de Angola - Fase II, Curso de Produção Sustentável de Hortaliças, Capacitação de Militares de Angola - 2015, Projeto Escola de Todos - Fase II e ainda cooperação sul-sul trilateral com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) para prevenção e eliminação do trabalho infantil³⁷, 21 agências públicas envolvidas³⁸, 13 entidades não governamentais atuando como implementadoras (universidades, ONGs e fundações privadas)³⁹ e cinco doadores tradicionais⁴⁰.

Tendências recentes da cooperação técnica brasileira em Angola revelam no entanto duas dinâmicas, por vezes contraditórias, de esgotamento e inovação. Por um lado, recente pesquisa empírica revelou que, para além dos acordos no papel, foram relatadas dificuldades na implantação de alguns projetos no terreno, impedindo seu funcionamento como previsto (Esteves et al, 2015). Por outro, a inovação surge em iniciativas híbridas, como por exemplo o projeto de geração de biocombustíveis BIOCUM (que inclui elementos de cooperação trilateral, de cooperação técnica brasileira e joint-venture comercial (Banco Mundial e IPEA, 2011). Cresce também a parte destinada a cooperação em defesa (Abdenur e Rampini, 2015), no contexto recente de reabilitação da noção de Atlântico Sul, como um espaço de paz⁴¹. Muitos desafios, no entanto, estão em jogo como a questão da identidade da cooperação sul-sul brasileira e dos seus organismos na África e a capacidade de adaptar essas experiências à realidade local.

³⁵ Em 2003 foram assinados 14 novos acordos, 7 em 2005, 8 em 2007 e 9 outros em 2010. Desde então apenas um novo acordo foi assinado, em 2014, novamente sobre facilitação de vistos, e encontra-se atualmente em tramitação (MRE, 2015)

³⁶ Para a cooperação estruturante em saúde ver Almeida et al, 2010. Para a cooperação estruturante da Embrapa ver <https://www.embrapa.br/projetos-estruturantes> (Acesso: março 2015).

³⁷ Ainda segundo a base de dados da ABC, entre 2002 e 2014, foram concluídos 46 projetos entre os dois países.

³⁸ Os atores são: Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Esporte, Ministério da Defesa, Ministério da Cultura, Ministério Das Relações Exteriores, Instituto Rio Branco -IRBr, Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ/MS, Assessoria de Projetos Especiais da Câmara dos Deputados - APECD, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, Serviço de Processamento de Dados - SERPRO, Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI/Casa Civil, Escola Nacional de Saúde Pública - ENSP, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC, Escola Nacional de Administração Pública - Enap.

³⁹ Os 13 envolvidos são: Pastoral da Criança do Brasil, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, Universidade Federal de Viçosa - UFV, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores - ANPROTEC, Universidade de São Paulo - USP, Hospital Santa Cruz - HSC/SP, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Universidade de Brasília - UnB, Instituto de Ensino Superior COC - IESCOC, Fundação João Pinheiro - FJP, e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR.

⁴⁰ Os doadores internacionais são: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD Brasil, Organização Internacional do Trabalho - OIT, Agência Japonesa de Cooperação Internacional - JICA e Norwegian Agency for Development Cooperation - NORAD.

⁴¹ Em visita à Angola em 2013, o então ministro Celso Amorim assinou um acordo bilateral para cooperação em defesa por meio da criação do Comitê Interino Conjunto de Defesa (CICD). Ver mais em: <http://www.oplop.uff.br/boletim/2280/ministros-da-defesa-de-angola-do-brasil-assinam-acordo-de-cooperacao>

Comércio e Investimento

O contexto Africano

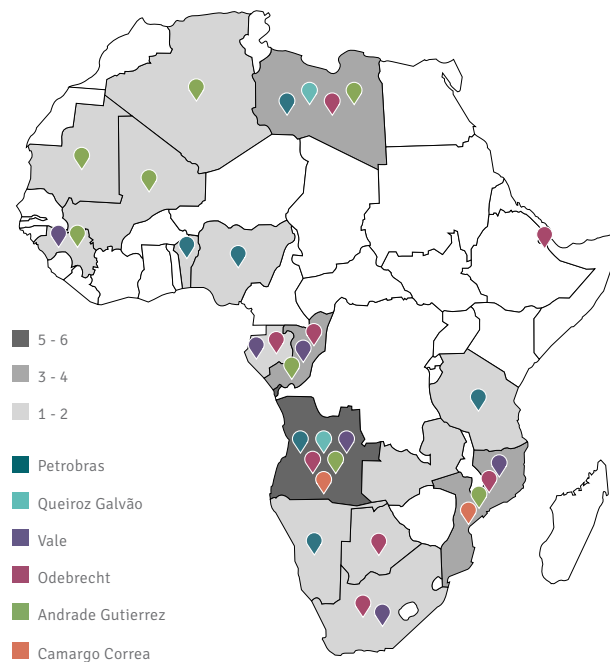
Se a cooperação técnica não faz girar moinhos, o mesmo não pode ser dito da parte que cabe ao comércio e ao investimento. Diferentemente de outros países, a parcela das relações entre os dois países que corresponde à dimensão econômica, de comércio e investimentos, é bastante expressiva no conjunto das relações bilaterais e tornou-se cada vez mais visível na mídia⁴² e no debate acadêmico, apesar dos sabidos déficits de informação e subdocumentação.

Partindo de um panorama geral das relações econômicas do Brasil com parceiros africanos, especialistas constataam um incremento nas relações tanto comerciais quanto em termos de investimento na última década. Ainda que os números exatos IED brasileiro anual no continente seja difícil de ser apreendido (Iglesias e Costa, 2011; Banco Mundial e IPEA, 2011)⁴³, tem-se que o IED brasileiro na África saltou de US\$ 69 bilhões em 2001 para US\$ 214 bilhões em 2009). Haveria, segundo especialistas, espaço para mais

crescimento, caso as empresas nacionais passassem a priorizar de forma mais ativa o continente.

Ainda segundo o estudo do IPEA e do Banco Mundial, hoje existem dois tipos de empresas brasileiras na África - grandes empresas com presença mais tradicional e pequenas e médias empresas (PMEs), com presença mais recente. O comércio Brasil-África também cresceu na última década, mas encontra desafios para expandir-se. Alguns dos obstáculos à ambientes de negócios favoráveis frequentemente mencionados são: comunicação limitada, dificuldades de logística, burocracia e falta de informações. Ainda sim, os principais setores hoje de interação econômica brasileira no continente são mineração, petróleo e gás, e infraestrutura (Banco Mundial e IPEA, 2011), devido à presença da grandes empresas brasileiras do setor extrativo e energético como a Petrobras e a Vale, bem como das construtoras Andrade Gutierrez, Camargo Correa, Odebrecht e Queiroz Galvão (ver figura 1, abaixo).

Figura 1: Empresas brasileiras na África



Fonte: Banco Mundial & IPEA, 2011

⁴² Em Leite et al, 2014, autores apresentam breve revisão sobre o tratamento dado pela mídia nacional a África (entre os anos de 2003 e 2013). Autores afirmam que PALOPs figuram mais do que outros países na imprensa brasileira, ainda que de maneira distintas: no caso de Moçambique, o foco são as atividades em agricultura e as ações da Embrapa, enquanto que para Angola o foco é no setor privado.

⁴³ Autores precisam que isso ocorre pois, a maioria das declarações de ativos no exterior estabelece como destino geográfico paraísos fiscais como Bahamas e as Ilhas Cayman e, como destino setorial, a atividade financeira ou o setor terciário.

Importante salientar que o crescimento da presença econômica brasileira na África faz parte de um contexto maior de aumento dos fluxos comerciais Sul-Sul, em geral, e de interesse crescente do mundo na África, em particular, com aumento substancial do IED brasileiro no continente, principalmente na modalidade de exportação de serviços.

As três das maiores economias da África Subsaariana – Angola, Nigéria e África do Sul – receberam, juntas, 40% do IED destinado

à região (Banco Mundial e IPEA, 2011). Angola é hoje a 6ª maior economia da África, tendo crescido uma média de 6,8% entre os anos de 2010-2014, segundo dados do Banco Mundial⁴⁴. Em 2010, foi o país que recebeu a maior porcentagem de IED no continente (Iglesias e Costa, 2011), 18% do total investido na África. Apesar disso, diversas dificuldades foram apresentadas por empresas que investem na África (ver Box 2), como a ausência de mão-de-obra com ensino superior. Em 2013 a Odebrecht investiu US\$ 3 milhões em programas de qualificação profissional na África⁴⁵.

Box 2

O crescimento econômico na África Subsaariana

Com uma população de 500 milhões de habitantes e com países entre os que mais crescem no mundo, a África Subsaariana registrou em 2013 um aumento no seu PIB de 3,5 (2012) para 4,7%. Nos últimos anos, houve um crescimento significativo no investimento direto internacional (multiplicado por 30 nos últimos 20 anos), dez vezes mais rápido do que o PIB global (World Bank, 2012).

No entanto, é importante ressaltar que esses países ainda enfrentam importantes desafios relacionados a baixa capacidade institucional em diversos setores e ausência de mão-de-obra qualificada. Parte desse problema vem do fato de que o investimento nesses países foi pautado por doadores tradicionais, focando em acesso à educação fundamental, dificultando, até hoje, a existência de instituições de ensino superior (World Bank, 2012).

Brasil-Angola

Se comparados ao resto do continente, os fluxos de investimento entre Brasil e Angola foram os que mais cresceram nos últimos anos, de US\$ 18 milhões em 2002 a aproximadamente US\$ 1 bilhão

em 2012 (Badin e Morosini, 2014) sendo que o Brasil figura entre os três primeiros países quanto a sua importância e influência em Angola.

IED brasileiro em Angola (2001-2009)	
Ano	USD (Milhões)
2001	265
2002	18
2003	22
2004	24
2005	17
2006	20
2007	73
2008	58
2009	124

Fonte: Banco Mundial & IPEA, 2011

⁴⁴ Ver mais estatísticas do Banco Mundial sobre Angola em: <http://www.worldbank.org/pt/country/angola>

⁴⁵ Ver mais em: <http://midias.cebri.org/arquivo/DossieBrazilAfrica.pdf>

Desde os anos 80, existe o acordo complementar entre Brasil e Angola no campo comercial e econômico versando sobre a venda de bens e manufaturados pelo Brasil, assim como sobre formas de viabilizar empréstimos para execução de obras de infraestrutura em Angola em troca de petróleo. Sob o aspecto legal, não apenas o acordo já previa multifacetados arranjos jurídicos-institucionais – envolvendo os setores público e privado – mas também incluía inovações no sentido de “colateralização do empréstimo via petróleo”⁴⁶. No entanto, o acordo perde parte de seu ímpeto durante a crise da dívida nos dois países e da guerra civil angolana (até 2002). Inovações na concessão de crédito voltam a ocorrer a partir de 2006, já com a entrada mais ativa da figura do BNDES.

Já no âmbito do comércio, Badin e Morosini (2014) mostram um aumento nos fluxos comerciais bilaterais, passando de US\$ 11 milhões importados pelo Brasil em 2002 a 726 milhões em 2013. Em 2013, o maior comprador de Angola era a China (absorvendo 45% do total exportado)⁴⁷. O Brasil, por sua vez, absorvia apenas 1%, sendo o 14o destino das exportações angolanas. Já nas exportações brasileiras à Angola, o salto foi de 199 milhões a 1,2 bilhões em 2013. Segundo dados de 2014 do departamento de inteligência comercial do Itamaraty, o Brasil figura como o 4o país exportador a Angola, responsável por 5,8% do total comprado pelo país africano. Nota-se, apesar do importante crescimento nas duas dimensões da balança comercial (com variação positiva de 35,9% entre 2009 e 2013), que são valores ainda baixos se comparados a outras relações comerciais do Brasil. Angola foi o 42º parceiro comercial brasileiro, respondendo por 0,4% do comércio exterior brasileiro em 2013 (MRE, 2014).

Ainda segundo o Itamaraty, entre 2009 e agosto de 2014, as exportações de Angola ao Brasil apresentaram retração de 4,6%

e as importações de produtos brasileiros aumentaram em 427,6%. Entre os principais produtos exportados pelo Brasil de 2011 a 2013 estão carnes, (correspondendo a 24,9% do valor total exportado), açúcar (14,6%), máquinas mecânicas (7,1%), aviões (6,8%) e automóveis (6,1%). Já nos produtos importados, os combustíveis perfazem 100% da pauta (a maioria sendo os óleos brutos de petróleo e o gás natural, mas também uma parcela de propanos e butanos liquefeitos manufaturados).

Desde Angola, tem-se a mesma clareza da importância dos aportes brasileiros ao desenvolvimento econômico do país desde a reconstrução. Como mostra recente notícia acerca da vinda de um diplomata angolano ao Brasil aonde se fala do “quinhão para os êxitos da Economia Angolana” que vem sendo contribuído pelo Brasil.⁴⁸

Analisando mais de perto os principais setores, seus atores e suas dinâmicas tem-se uma miríade de atores privados. Em Angola a maior presença segue sendo das tradicionais grandes multinacionais brasileiras, cartas marcadas no jogo da internacionalização das empresas brasileiras. No entanto, já não estão sozinhas. Além da presença de estatais, somam-se pequenas e médias empresas assim como a Caixa Econômica Federal e o BNDES.

Aqui, como em outros casos, a presença do setor privado não pode ser entendida sem a análise dos mecanismos de interação com o os diferentes órgãos do Estado, seja no financiamento e na promoção da exportação, seja na negociação de acordos de investimentos para grandes projetos.

⁴⁶ Ver Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, de 11/06/80, na área de Comércio. Para uma análise bastante detalhada dos arranjos jurídicos existentes para viabilizar as relações econômicas entre os dois países ver estudo de Badin e Morosini (2014).

⁴⁷ Ainda sobre as relações Angola-China, Beijing é maior comprador de petróleo angolano. Segundo representante do setor privado brasileiro em Angola, a China foi o maior parceiro de Luanda no pós-guerra civil, gerando inúmeras linhas de crédito, bem maiores do que as brasileiras. Para ele, no setor da construção civil, não há competição direta entre empresas chinesas e brasileiras, pois cada um estaria atuando nas linhas de crédito do seu Estado.

⁴⁸ Ver http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2015/0/2/Processo-reconstrucao-Angola-abordado-Brasil_93473cd7-92e5-44b6-ad86-597a8196f849.html

Construção Civil

O peso da presença brasileira é ainda mais impressionante no setor da construção civil⁴⁹, aonde a Odebrecht figura como o maior empregador privado em Angola⁵⁰. Um dos primeiros projetos realizados pela empresa foi a construção de uma barragem de Capanda, ainda na década de 80. A obra só foi finalizada em 2007, por conta do contexto da guerra, apesar disso a empresa não deixou de investir no país ao longo de todo o período (Badin e Morosini, 2014). Da reconstrução de Angola, após o fim dos conflitos, aos novos empreendimentos de hoje, para além do setor da construção civil, a Odebrecht é também investidora em Angola no setor de biocombustíveis, em cadeias de supermercado, centros comerciais e na mineração de diamantes⁵¹.

A questão trabalhista em Angola é fonte tanto de orgulho para a gigante brasileira quanto de preocupações. Se por um lado a contratação de mão-de-obra local, incluso para cargos executivos segundo a empresa (Banco Mundial e IPEA, 2011)⁵², é tida como garantidora de respeito e legitimidade; por outro, recentes denúncias de trabalho escravo em usinas de cana da BIOCOM (parceria da Odebrecht com a Sanagol em Angola), tem sido fonte de preocupação⁵³.

Ainda como parte de sua inserção em Angola, a empresa tem investido em projetos de responsabilidade social corporativa, em

setores como agricultura familiar, educação e saúde (sobretudo ligados a HIV/Aids). Na voz de um funcionário brasileiro da Odebrecht no país, em Angola as necessidades sociais nos entornos das obras são patentes. Afirma ainda que a empresa quer ser parceira do governo angolano, buscando desenvolver projetos que possam se autonomizar no futuro.

Entre as demais construtoras, a Camargo Correa abriu seu escritório em Angola apenas em 2006 e desde então tem participado de um grande número de projetos de planejamento urbano, construção de moradias, estradas e linhas de transmissão de energia. No rol de projetos pode-se destacar o consórcio com empresas estrangeiras e locais na produção de cimento. Já a Queiroz Galvão tem uma participação ainda que as anteriores, tendo já participado de projetos relacionados com a reabilitação e construção de estradas (Banco Mundial e IPEA, 2011).

Por fim, como mencionado anteriormente, o impacto preciso das investigações da Lava Jato nas operações do setor da construção civil no exterior é de difícil mensuração, mas é possível apostar em uma queda das atividades destas construtoras em Angola para os próximos anos.

⁴⁹ Apenas em 2012 a empresa: concluiu, entre outros, a hidrelétrica de Gove, as rodovias de Benguela-Dombe Grande, Capanda-Alto Dondo, Caala-Ganda e Cuíma-Gove, a estrada do Golfe-Benfica e Posto de Polícia, e ampliação da via Camama-Viana, em Luanda. Finalizou também a autoestrada periférica de Luanda e das vias Luanda-Kifandongo e Luanda-Viana e as obras do Aeroporto Internacional de Catumbela, em Benguela. Construiu ainda três mil casas populares para o Programa Provincial de Habitação Social (PPHS) e conquistou os seguintes novos contratos: de montagem eletromecânica da Hidrelétrica de Cambambe; de desvio do rio para construção da Hidrelétrica de Laúca; de obras civis para a Refinaria de Lobito; de construção do condomínio Esso; da estrada Catata-Lovua e do projeto Eixos Viários de Luanda

⁵⁰ Segundo representante da empresa em Angola, entrevistado no contexto desta pesquisa, hoje a Odebrecht emprega diretamente 12 mil pessoas no país, número que salta para 17 mil se somados os contratos de trabalho indiretos, por exemplo de subempreiteiras.

⁵¹ Informações obtidas em entrevistas com representante da empresa em Angola.

⁵² Representante da Odebrecht em Angola, afirma que no passado, a empresa trazia pedreiros e carpinteiros do Brasil, mas hoje a porcentagem de empregados Angolanos chega a 91%.

⁵³ Sobre as denúncias abertas no Brasil em 2014 pelo Ministério Público do Trabalho contra a empresa ver: <http://br.reuters.com/article/businessNews/idBRKBN0ET32220140618>. Neste caso, são trabalhadores brasileiros enviados sem visto de trabalho à Angola. A empresa negou que seja o caso represente trabalho escravo. Em setembro a Odebrecht foi condenada a pagar R\$ 50 milhões por trabalho escravo. Ver também: <http://oglobo.globo.com/economia/grupo-odebrecht-condenado-em-50-milhoes-por-trabalho-escravo-em-obras-em-angola-17374693>

Extrativismo

No setor energético, o principal ator brasileiro envolvido é a estatal Petrobras, atuando tanto na tradicional exploração de petróleo, como na cooperação na área de biocombustíveis. Exemplo recente de iniciativa neste campo é a parceria para criação da BIOCOM, uma joint-venture entre a brasileira Odebrecht, a estatal angolana Sonangol a firma angolana Demer. Com um investimento de US\$ 400 milhões, a intenção é utilizar a plantação de cana de açúcar para produção de açúcar, etanol e eletricidade. Toda a tecnologia da usina foi importada do Brasil. A mão-de-obra, nesta fase de instalação, também foi majoritariamente brasileira. A BIOCOM entrou em funcionamento em meados de 2014 e a tendência é que seja operada cada vez mais por funcionários angolanos⁵⁴. Com cerca de 36.000 hectares, a produção inicial esperada é de 18.000 toneladas de açúcar e 3.000 metros cúbicos de etanol. Quando operar em sua capacidade total, espera-se uma produção de 260.000 toneladas de açúcar e 30 milhões de litros de etanol (Wilkinson, 2014).

Pequenas e Médias empresas

Quanto às pequenas e médias empresas (PMEs), cuja maior concentração de na África encontra-se em Angola, este é um mercado presente, mas com potencial de ser ainda mais explorado. Algumas das dificuldades apontadas por empresários vão de sua relação com o governo brasileiro na hora de internacionalizar-se até os desafios próprios da inserção em um mercado externo⁵⁶. De toda forma, em 2011, passa a funcionar um centro de negócios da APEX em Luanda. Espera-se que com esta e outras iniciativas, como o acordo de cooperação em 2011 com a Central de Compras do Estado (CENCO) de Angola⁵⁷, outras empresas brasileiras possam se inserir no mercado angolano, tido como bastante promissor, devido à rápida urbanização, expansão da classe média (hoje cerca da 38,1% da população) e

Já no campo da mineração, a Vale é o principal ator sobretudo na exploração de cobre e níquel. Atua por intermédio da GeVale Indústria Mineira Ltda. e em consórcio com o grupo angolano Genius, na Província de Moxico, na fronteira com a Zâmbia, região com os principais depósitos de cobre do mundo.

Vale salientar que assim como no caso da construção e civil e infraestrutura, o investimento em biocombustíveis não é acidental. Ele figura estrategicamente há algumas décadas nas prioridades da política externa brasileira, e aponta para um alinhamento de distintos atores públicos e privados para levar a cabo a “diplomacia do Etanol” ou a “revolução dos biocombustíveis” (Visentini e Pereira, 2009).⁵⁵

pela proximidade cultural entre ambos os países, o que torna os produtos oriundos do Brasil atrativos ao consumidor angolano (Banco Mundial e IPEA, 2011). Hoje estão presentes em Angola, entre outras, empresas brasileiras como a Bauducco, Enashopp, Forno à Lenha, Bob's, Livraria Nobel e Fisk (MRE, 2010). Reduzir o peso do setor extrativo e da infraestrutura nas relações econômicas e focar, por exemplo, no setor bens de consumo é apontado por especialistas uma escolha não apenas esclarecida, mas também mais sustentável (Muggah, 2015). Além disso, de forma geral o IED no continente africano, desde 2013, apresenta uma tendência de redução do setor extrativista e maior concentração em serviços e tecnologia⁵⁸.

⁵⁴ Ver mais notícias sobre a BIOCOM em: <http://www.apla.org.br/cana-odebrecht-inicia-operacoes-em-angola-em-julho-de-2014> e <http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2014/08/29/1-usina-de-acucar-de-angola-e-do-brasil-e-tem-ate-roubo-de-cana-por-macaco.htm>

⁵⁵ Ver crítica à chamada “biodiplomacia do Brasil na África” em ActionAid (2014).

⁵⁶ Uma breve discussão sobre o setor privado brasileiro atuando no estrangeiro e algumas das principais dificuldades encontradas por eles pode ser encontrada em Leite et al, 2014.

⁵⁷ Órgão governamental responsável pelo acesso da população angolana a bens básicos de consumo

⁵⁸ Ver relato do Seminário África-Negócios, promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em <http://obs.org.br/africanegocios>

Setor bancário e financeiro

Afora casos pontuais como a cooperação técnica oferecida pela Caixa Econômica Federal em Angola (e Moçambique) para o desenvolvimento de projetos financiamento habitacional e a intenção de fazer-se mais presente, por parte do Banco do Brasil, no mercado angolano através da associação com um banco local⁵⁹; o grande ator deste setor é o BNDES.

Badin e Morosini (2014) afirmam que, entre 2003 e 2012, créditos para operações com Angola da parte do BNDES aumentaram em cerca de 3,2 bilhões de dólares⁶⁰. Segundo a Agência Pública⁶¹, Angola foi o principal destino internacional das verbas públicas na modalidade pós-embarque do BNDES (de auxílio a comercialização, no exterior, de bens e serviços brasileiros) em 2012, perfazendo um total de US\$ 654 milhões. Estes dados são coerentes com aqueles apresentados anteriormente, mostrando a importância e o crescimento das exportações brasileiras nos últimos anos.

Outra pesquisa, feita pela organização ActionAid, também em 2014, aponta para o fato de Angola ter sido o primeiro país a se beneficiar do financiamento internacional do BNDES. Desde então, cinco linhas de crédito teriam sido aprovadas, da ordem de US\$ 5,2 bilhões, sobretudo para obras de infraestrutura ligadas à reconstrução do país. Dados complementares, e nem sempre convergentes, podem ser obtidos de outras fontes. Estudo do think-tank brasileiro CEBRI⁶² menciona linhas de financiamento do BNDES para Angola abertas desde 2006 em um valor de aproximadamente R\$ 6,4 bilhões (algo em torno de US\$ 2,4 bilhões). Entre os principais beneficiários destacariam-se a

Odebrecht (com 49% do total das linhas) e a Andrade Gutierrez (com cerca de 20%). Ainda, o jornal Valor Econômico informou, em 2008, que o Banco teria concedido à Angola linhas de crédito para o desenvolvimento das usinas de processamento de etanol de cana de açúcar, em 2006, num valor de US\$ 1,5 bilhão (Banco Mundial e IPEA, 2011).

Como se pode notar, há diferentes relatos e possivelmente discrepâncias na contabilidade nos desembolsos do Banco. Estes se explicam dada a ausência de números oficiais disponíveis para as operações do Banco com Angola. Em junho 2012, o então ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, determinou que os contratos com Cuba e Angola fossem classificados como secretos. O ato foi assinado um mês depois de a Lei de Acesso à Informação (LAI) ter entrado em vigor. Este tipo de documento só poderá ter seu conteúdo tornado público a partir de 2027. A opção pelo sigilo, tida por alguns como uma afronta a recém promulgada LAI, gerou controvérsia e descontentamento de diversos atores como partidos de oposição e organizações da sociedade civil⁶³. Na época, o presidente do BNDES afirmou que o sigilo foi pedido pelos próprios presidentes de Angola e Cuba (Agostini, 2013).

Pouca transparência e cláusulas de sigilo parecem ser uma constante na relação bilateral, como apontam Badin e Morosini (2014). Em seu estudo, os autores afirmam que já na época da guerra civil angolana (em 2002), acordos eram assinados incluindo cláusulas de confidencialidade.

⁵⁹ Ver <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/39573/banco-do-brasil-podera-associar-se-a-banco-angolano>

⁶⁰ Encontrar estes dados foi difícil, dado o sigilo que encobre os desembolsos internacionais do BNDES com relação a Angola (ver explicação metodológica em Badin e Morosini, 2014). A falta de transparência do Banco é tema recorrente, e objeto de contestações de múltiplas naturezas, incluso por meio de casos abertos na Justiça. O Banco argumenta, no entanto, que parte de suas operações estariam cobertas pelo sigilo bancário (ver BNDES, 2014). Argumento este que é rechaçado por alguns, dado que o BNDES seria um banco público e não privado.

⁶¹ Ver matéria completa em: [http://apublica.org/2013/11/bndes-para-exportacao/\(acesso: dezembro de 2014\)](http://apublica.org/2013/11/bndes-para-exportacao/(acesso: dezembro de 2014)).

⁶² Ver menção ao estudo do CEBRI em: <http://www.macaub.com.mo/pt/2015/01/19/modelo-de-financiamento-chines-em-africa-olhado-como-exemplo-no-brasil/> (acesso: janeiro de 2015)

⁶³ Ver algumas das repercussões na mídia em Veríssimo (2014) e Agostini (2013). Para reações vindas de entidades da sociedade civil, como a Agência Pública, ver: Fonseca e Mota (2013). Para debates no Legislativo ver proposta de PL que acaba com o sigilo do BNDES (Câmara, 2014) e o discurso do Senador Álvaro Dias (PSDB) no Senado de apoio a um projeto de lei com teor similar (Senado, 2014).

Conclusão

Nos últimos anos, temos presenciado uma mudança na política externa brasileira: a diminuição dos investimentos financeiros destinados à cooperação técnica internacional, enquanto o investimento de empresas brasileiras na África e especificamente em Angola se manteve.

Há quem diga que o Brasil é o interlocutor entre Angola e o Ocidente, enquanto Angola seria a porta do Brasil na África (Abdenur e Rampini, 2015). Ainda que este simbolismo possa esconder a assimetria entre os dois países, e a maior dependência de Angola em relação ao Brasil, ele é, no entanto, significativo do conjunto de relações sul-sul existentes entre os dois países.

Todas as dimensões apresentadas ao longo do texto explicam e justificam a existência da parceria estratégica entre ambos os países e como ela dialoga tanto com os projetos de inserção internacional dos países – regional no caso de Angola e global no caso do Brasil – quanto com os benefícios mútuos de uma parceria, econômica e de transferência de tecnologia social, para o desenvolvimento.

Se o setor privado e o investimento público-privado compõem grande parte do panorama atual, as iniciativas de cooperação técnica horizontal são também – ainda que em menor peso – igualmente parte da agenda. Resta saber se a contenção da cooperação oficial com o continente africano e as incertezas em relação às grandes empreiteiras brasileiras, dadas as repercussões da recente deflagrada Operação Lava Jato⁶⁴ podem gerar impactos na relação bilateral no futuro.

Neste esforço de sistematização das múltiplas interações entre os dois países, bem como em outros trabalhos anteriores, a fragilidade

dos dados existentes é um obstáculo a ser superado. Contribuem para a fragilidade das informações disponíveis, as deficiências de contabilização dos fluxos da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento (COBRADI), o sigilo que envolve a cooperação econômica do BNDES com Angola e número limitado de estudos empíricos já realizados.

O ativismo desta década foi marcado por um otimismo, dos dois lados do Atlântico, bem ilustrado por uma frase de um pesquisador nigeriano, e reiterada por cooperantes brasileiros, de que “haveria no Brasil uma solução para cada problema africano”. Para além da simbologia, a realidade demonstra as dificuldades institucionais e orçamentárias brasileiras para responder a tamanha expectativa e as demandas que dela decorrem⁶⁵.

Sendo difícil prever a direção que tomará o engajamento brasileiro nos próximos anos, aqui novamente, vale recordar que o atual contexto de contenção da cooperação técnica para o desenvolvimento, ainda que não oficial, ou de redução significativa de fluxos – sobretudo da ABC- terá impactos nas iniciativas em curso em Angola, bem como traz desafios adicionais de monitoramento e avaliação para os atores que já estiveram envolvidos no terreno.

Transparência, longe de ser um conceito importado, é condição fundamental para planejamento de políticas públicas (incluso a externa e a de cooperação). O sigilo extremado no caso de Angola é nocivo não apenas à consolidação de uma cultura de prestação de contas e democratização da política externa brasileira, mas também à sustentabilidade de iniciativas em curso e futuras.

⁶⁴ A Operação Lava Jato da Polícia Federal Brasileira, deflagrada no início de 2014, março de 2014, investiga um grande esquema de lavagem e desvio de dinheiro envolvendo a estatal Petrobras, as principais empresas de construção civil do país e políticos de distintos partidos.

⁶⁵ Sobre este aspecto ver recente entrevista do Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade, responsável por relações com África no Itamaraty: <http://www.africa21online.com/artigo.php?a=49286e=Entrevistas>

Referências

- ABDENUR, AE; SOUZA NETO, DM (2014) **O Brasil e a cooperação em defesa: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul**. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 57, n. 1
- ABDENUR, AE e RAMPINI, JM (2015) **A cooperação brasileira para o desenvolvimento com Angola e Moçambique: uma visão comparada** in. AYERBE, LF e RAMAZINI JUNIOR, H (org.).
- ABREU, FJM (2013) **A evolução da cooperação técnica internacional no Brasil** (The evolution of international technical cooperation in Brazil). Mural Internacional, V.4, N.2, Jul-Dez.
- ACNUR – AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS (2014). Novo perfil do refúgio no Brasil. Brasília: Ministério da Justiça, Comitê Nacional para Refugiados. Disponível em: http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Refugio_no_Brasil_2010_2014_Apresentacao
- AGOSTINI, R (2013) “Presidente do BNDES diz que Cuba e Angola pediram sigilo em contratos de financiamento”. Folha de São Paulo. Publicado em 27/08/2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/08/1332714-presidente-do-bndes-diz-que-cuba-e-angola-pediram-sigilo-em-contratos-de-financiamento.shtml> . Acesso: março de 2015.
- ALMEIDA C; CAMPOS RP; BUSS P; FERREIRA JR; FONSECA, LE (2010) **A concepção brasileira de "cooperação Sul-Sul estruturante em saúde"**. Reciis. 2010;4(1)25–35
- ALTEMANI, H (2005) **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva
- AZEVEDO, D (2001) **Os Acordos para a Promoção e a Proteção Recíproca de Investimentos Assinados pelo Brasil**. Brasília. Câmara dos Deputados, 2001. P 3-11 Disponível em:
<http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/arquivos-pdf/pdf/102080.pdf>
- AZEVEDO, D (2012) **Trajetórias militantes: do Brasil a Moçambique nas redes da esquerda internacional**, Etnográfica, vol. 16 (3), pp. 461-486
- BADIN, MRS; MOROSINI, F (2014) **The Brazilian Approach to its South-South Trade and Investment Relations: The Case of Angola**. São Paulo Law School of Fundação Getúlio Vargas – FGV DIREITO SP, Research Paper Series – Legal Studies, Paper n. 114
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES (2014) **“Carta do BNDES ao Valor Econômico”**. Publicada em 22/08/2014. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Notas/2014/20140822_valor.html. Acesso março de 2015.
- BEGHIN, N. (2014) **A Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional na área de Segurança Alimentar e Nutricional: Avanços e Desafios. Onde estamos e para onde vamos?** Inesc. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/biblioteca/textos/a-cooperacao-brasileira-para-o-desenvolvimento-internacional-na-area-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-avancos-e-desafios-onde-estamos-e-para-onde-vamos>
- BRASIL (2010) **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2005-2009**, Brasília: IPEA/ABC

BRASIL (2013) **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2010**, Brasília: IPEA/ABC

BRASIL (2015) Portal Brasil. Brasil e Angola assinam acordo bilateral, publicado em 02/04/2015.

Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2015/04/brasil-e-angola-assinam-acordo-bilateral> Acesso em 7/11/2015

BOND, P (2014) **BRICS and the tendency to sub-imperialism**. Pambazuka, Issue673.

Disponível em: <http://www.pambazuka.net/en/category/features/91303>

BORGES, J (2007) **“Das novelas brasileiras ao mercado popular da África”**, Repórter Brasil, publicado em 06/04/2007. Notícias.

Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2007/04/das-novelas-brasileiras-aos-mercadospopulares-da-frica/> Acesso em 7/11/2015

BORGES, C S. Acordos bilaterais à brasileira. Valor Econômico. 2015.

Disponível em: <http://www.valor.com.br/opiniaio/4072416/acordos-bilaterais-brasileira>

CABRAL, L; WEINSTOCK, J (2010) **Brazil: An Emerging Aid Player. Lessonson Emerging Donors, and South-South and Trilateral Cooperation, Briefing Paper 64**, London: Overseas Development Institute

CÂMARA DOS DEPUTADOS (2014). **“Projeto acaba com o sigilo das operações de financiamento do BNDES”**. Câmara Notícias, publicado em 31/01/2014 . Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ECONOMIA/461222-PROJETO-ACABA-COM-O-SIGILO-DAS-OPERACOES-DE-FINANCIAMENTO-DO-BNDES.html> . Acesso em março de 2015.

CAMPOS MELLO, P (2013) **“Angola proíbe operação de igrejas evangélicas do Brasil”**, Folha de São Paulo, 27/04/2013.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/04/1269733-angola-proibe-operacao-de-igrejas-evangelicas-do-brasil.shtml>

CERVO, AL; BUENO, C (2002) **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais/Editora da Universidade de Brasília

CERVO, AL. (2003) **Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático**. Rev. bras. polít. int., Brasília , v. 46, n. 2, p. 5-25, Dec. 2003

CORRÊA, S; HOMEM, E. (1977) **Moçambique. Primeiras machambas**. Rio de Janeiro: Margem.

ESTEVES, P.; da FONSECA, J; GOMES, G. (2015) **Brazilian Health and Agricultural Cooperation in Angola: An overview**. BPC Papers, v.2. Publicado em fevereiro de 2015. Disponível em: <http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/6838/doc/968418951.pdf>

FIGUEIREDO, M C.; FONSECA, L (2009). **Capacitação como processo de cooperação internacional**. Saúde e direitos humanos, ano 6, n.6, p.7-18. 2009.

FONSECA, B; MOTA, J (2013) **BNDES, para exportação**. Agência Pública. Publicado em: 28 de novembro de 2013

FONTOURA, PRCT (1999) **O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas**. Brasília : Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, FUNAG

GONÇALVES, F (2011). **Cooperação Sul-Sul e Política Externa: um estudo sobre a participação de atores sociais** . Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro

GUSMÃO, NMM (2010). **África e o Brasil no mundo acadêmico – Diálogos cruzados.**

Disponível em: <http://www.fae.unicamp.br/focus/textos/GUSMAO%20-%20Africa%20e%20Brasil%20no%20mundo%20academico.pdf>

IGLESIAS, RM; COSTA, K (2011) **O investimento direto brasileiro na África.** Textos Cindes Nº27, Dezembro.

Disponível em: <http://www10.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2012/09905.pdf>

IGLESIAS, R; COSTA, C. (2012) **O investimento direto brasileiro na África.** ICTSD. Disponível em: <http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/o-investimento-direto-brasileiro-na-%C3%A1frica-caracter%C3%ADsticas-condicionantes-e>

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); WORLD BANK (2011) **Ponte sobre o Atlântico – Brasil e África Subsaariana: parceria Sul-Sul para o crescimento.** Brasília

LAMPREIA, LF (1995) Projeto de discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do almoço que oferece ao presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos. LFL pi Cardoso, F. H. 1995.08.15. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 1995. Disponível em: http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=ACER_LFL_PI&pasta=LFL%20pi%20Cardoso,%20F.%20H.%201995.08.15

LEITE, I.; SUYAMA, B. ; TRAJBER WAISBICH, L. e POMEROY, M. com CONSTANTINE, J.; NAVAS-ALEMÁN, L.; SHANKLAND, A. e YOUNIS, M. (2014) **Brazil's Engagement in International Development Cooperation: The State of the Debate, IDS Evidence Report 59, Brighton: IDS**

LIBERATO, E (2012) **A Formação de Quadros Angolanos no Exterior: Estudantes angolanos em Portugal e no Brasil, Cadernos de Estudos Africanos**, p. 1-15

LIMA, MRS (2005). **A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul.** Rev. bras. polít. int., Brasília , v. 48, n. 1, Jun.

MACAGNO, L. (2014) **Estudos africanos no Brasil: uma questão de afinidades eletivas?** Revista Tempo, Espaço, Linguagem. vol. 5 (3), Set. - Dez. pp. 124 - 137

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (2010) Internacionalização – **Angola. Estudo do Departamento de Promoção Comercial e Investimentos Divisão de Programas de Promoção Comercial e Investimentos.**

Disponível em: <http://www.brasilglobalnet.gov.br/ARQUIVOS/Internacionalizacao/Angola.pdf>

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (2014) **Angola. Comércio Exterior.** Brasília: Ministério das Relações Exteriores - MRE Departamento de Promoção Comercial e Investimentos - DPR Divisão de Inteligência Comercial – DIC, Setembro. Disponível em: <http://www.brasilexport.gov.br/sites/default/files/publicacoes/indicadoresEconomicos/INDAngola.pdf> . Último acesso em Fev., 2015

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (2015). **Sistema de Atos Internacionais.** Angola.

Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/>. Acesso em Fev., 2015

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Brasil e Malawi assinam acordo de cooperação e facilitação de investimentos.** Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/portalmduc/sitio/interna/noticia.php?area=1¬icia=13872>

MIYAMOTO, S (2009) **O Brasil e a comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP).** Rev. bras. polít. int., Brasília , v. 52, n. 2, Dec.

MOROSINI, F; BADIN, M. **The Brazilian Agreement on Cooperation and Facilitation of Investments (ACFI): A New Formula for International Investment Agreements?** *Investment Treaty News*. Disponível em:

<https://www.iisd.org/itn/2015/08/04/the-brazilian-agreement-on-cooperation-and-facilitation-of-investments-acfi-a-new-formula-for-international-investment-agreements/>

MUGGAH, R (2015) **What Is Brazil Really Doing in Africa?**, In. HuffingtonPost. Publicado em 04/01/2015.

Disponível em: http://www.huffingtonpost.com/robert-muggah/what-is-brazil-really-doi_b_6413568.html

NAZAR, L (2014) **O papel da lusofonia nas relações entre Brasil e Angola**. In. Revista Perspectivas do Desenvolvimento: um enfoque multidimensional. Volume 02, Número 03, Dez.

OBSERVATÓRIO BRASIL E O SUL (2014) **Brazil and the international development cooperation at the Community of Portuguese Language Speaking Countries – CPLP: food and nutrition security in perspective**. Primeira Edição, Outubro de 2014. Disponível em:

http://obs.org.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=726:brazil-and-the-international-development-cooperation-at-the-community-of-portuguese-language-speaking-countries-cplp-perspective-on-food-and-nutrition-security&Itemid=130

OCDE (2009) **Triangular Co-operation: What Do We Know About It?** Disponível em: <http://www.oecd.org/dac/44652734.pdf>

PACS (2013) **A história contada pela caça ou pelo caçador? Perspectivas sobre o Brasil em Angola e Moçambique**, 64p.

Disponível em: <http://www.pacs.org.br/files/2013/03/Relatorio-Africa.pdf>

PANTOJA, S. (2003) **O litoral angolano até as vésperas da independência do Brasil**. Textos de História, vol. 11, No 1/2

PENNA FILHO, P. (2006) **A evolução da política africana do Brasil contemporâneo. Anais do I Encontro Memorial do Instituto de Ciências Humanas e Sociais: nossa história com todas as letras**. Mariana, Editora UFOP.

Disponível em <http://www.ichs.ufop.br/memorial/conf/mr4d.pdf>

PINHEIRO, L (2007) **Ao Vendedor, as Batatas: O Reconhecimento da Independência de Angola**, Estudos Históricos, 39: 83–120

RIZZI, KR (2005) **Relações Brasil-Angola no pós-guerra fria: os condicionantes internos e a via multilateral**. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SANTOS, JF (2012) **A formação de Angola independente, o « Brasil como parâmetro ? »**. Projeto História, São Paulo, n. 44, pp. 367-377, jun. 2012

SARAIVA, MG (2007). **As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007**. Rev. bras. polít. int., Brasília , v. 50, n. 2, dez.

SCHREIBER, M (2014) “Novo ministro terá difícil missão de recuperar prestígio do Itamaraty”, BBC Brasil. Publicado em: 31/12/2014. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/12/141231_novo_chanceler_mauro_vieira_ms_lgb

SENADO FEDERAL (2014) **“Alvaro apresenta projeto para extinguir sigilo bancário em operações como a do BNDES em Cuba”** [Vídeo].

Disponível em: http://www.senado.gov.br/noticias/tv/programaListaPadrao.asp?txt_titulo_menu=Resultado%20da%20pesquisa&IND_ACESSO=S&IND_PROGRAMA=&COD_PROGRAMA=&COD_VIDEO=320227&ORDEM=0&QUERY=alvaro+dias&pagina=2.

Acesso em março de 2015.

SUBUHANA, C (2010) **O Estudante Convênio: a experiência sócio-cultural de universitários da África Lusófona em São Paulo**, Brasil. Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil

UNILAB (2015)- Unilab em número. Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/unilab-em-numeros/>. Última consulta em Fev. 2015

VERÍSSIMO, R (2014) **“AGU sai em defesa do BNDES para sigilo de empréstimos”**. Agência Estado, publicado em 08/04/2014. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,agu-sai-em-defesa-do-bndes-para-sigilo-de-emprestimos,181416e>

VISENTINI, PF; PEREIRA, AD (2009) **A política africana do governo Lula**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf>

WILKINSON J (2014) **Biodiplomacia brasileira na África**. O Caso dos biocombustíveis. In Action Aid. Rio de Janeiro: Jan. Disponível em: <http://www.actionaid.org.br/sites/files/actionaid/biodiplomacia.pdf>

WORLD BANK (2012) **Sub-Saharan Africa Region, in Global Economic Prospects**, Junho de 2012. Disponível em: http://siteresources.worldbank.org/INTPROSPECTS/Resources/334934-1322593305595/8287139-1339427993716/GEP12bSSA_RegionalAnnex.pdf

Anexo 1. Ações de Cooperação da ABC.

Ações da ABC	Duração	Implementador / Parceiros	Setor	Modalidade	FONTE
Ativos					
Projeto-Piloto em Doença Falciforme	junho de 2010 a agosto de 2015	Ministério da Saúde - MS	Saúde	Cooperação Sul-Sul	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa
Capacitação do Sistema de Saúde da República de Angola - Fase II	junho de 2010 a agosto de 2015	Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ; Ministério da Saúde - MS	Saúde	Cooperação Sul-Sul	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa
Curso de Produção Sustentável de Hortaliças	outubro de 2011 a dezembro de 2015	Embrapa Hortaliças; Agência Japonesa de Cooperação Internacional - JICA	Agricultura	Cooperação prestada trilateral	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa
Capacitação de Militares de Angola - 2014	janeiro de 2014 a janeiro de 2015	Ministério da Defesa - MD	Defesa	Cooperação Sul-Sul	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa
Capacitação de Militares de Angola - 2015	dezembro de 2014 a janeiro de 2016	Ministério da Defesa - MD	Defesa	Cooperação Sul-Sul	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa
Concluídos					
Assessoria à Pastoral da Criança de Angola	agosto de 2002 a outubro de 2002	Pastoral da Criança - PC; Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB	Desenvolvimento social	Cooperação Sul-Sul	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa
Seminário: I Curso Internacional sobre Produção de Frutas Tropicais. "Programa de Parceria Brasil-Japão (JBPP)"	outubro de 2002 a novembro de 2002	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	Agricultura	Cooperação Sul-Sul	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa
Inserção Social pela prática Esportiva	abril de 2005 a setembro de 2006	Ministério do Esporte - ME	Esporte	Cooperação Sul-Sul	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa
Reorganização, Fortalecimento Institucional e Inovação Metodológica da Extensão Rural como Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável em Angola	maio de 2005 a dezembro de 2006	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER; Universidade Federal de Viçosa - UFV	Agricultura	Cooperação Sul-Sul	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa

Transferência de Controle do Centro de Formação do Cazenga	maio de 2005 a agosto de 2005	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI	Educação	Cooperação Sul-Sul	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa
Apoio à instalação do Telecentro em Angola	julho de 2005	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - Casa Civil - ITI; Serviço de Processamento de Dados - SERPRO	Administração Pública	Cooperação Sul-Sul	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa
Combate às piores formas de trabalho infantil em países lusófonos da África	janeiro de 2006 a julho de 2010	Organização Internacional do Trabalho - OIT; Governo Brasileiro	Trabalho e Emprego	Prestada Trilateral com Organismo	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa
Fortalecimento da Educação Ambiental em Angola	maio de 2006 a dezembro de 2007	Ministério do Meio Ambiente - MMA	Meio Ambiente	Cooperação Sul-Sul	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa
Apoio à Formação de Quadros de Comunicação Institucional para os Parlamentos dos Países de língua Portuguesa : Técnicas de Jornalismo e Relações Públicas	julho de 2006 a setembro de 2006	Assessoria de Projetos Especiais da Câmara dos Deputados - APECD	Indústria e comércio	Cooperação Sul-Sul	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa
Oficina de Trabalho sobre Educação de Jovens e Adultos nos Países de Língua Portuguesa	agosto de 2006 a dezembro de 2006	Ministério da Educação - MEC; Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO	Educação	Cooperação Sul-Sul	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa
Apoio à Estruturação de Rede de Bibliotecas na Área da Saúde em Angola e em Moçambique	fevereiro de 2007 a abril de 2007	Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ; Ministério da Saúde - MS	Saúde	Cooperação Sul-Sul	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa
Apoio à Reestruturação do Telecentro de Luanda	junho de 2007 a maio de 2009	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - Casa Civil - ITI; Serviço de Processamento de Dados - SERPRO	Desenvolvimento social	Cooperação Sul-Sul	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa
Missão de Apoio a Pequenas e Médias Empresas em Luanda	julho de 2007 a setembro de 2007	Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores - ANPROTEC	Educação	Cooperação Sul-Sul	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa
Capacitação do Sistema de Saúde da República de Angola	setembro de 2007 a setembro de 2008	Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ	Saúde	Cooperação Sul-Sul	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa
Curso de Enfermagem - Programa de capacitação de recursos humanos para o hospital Josina Machel, Luanda	outubro de 2007 a dezembro de 2007	Universidade de São Paulo - USP	Saúde	Cooperação Sul-Sul	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa
II Curso Internacional de Produção Sustentável de Hortaliças (JFY 2007)	outubro de 2007 a maio de 2008	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	Agricultura	Cooperação Sul-Sul	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa

Capacitação para Elaboração de Proposta Curricular	novembro de 2007 a março de 2011	Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação - SEB/MEC	Educação	Cooperação Sul-Sul	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa
Curso de administração hospitalar - programa de capacitação de recursos humanos para o hospital Josina Machel, Luanda	novembro de 2007 a janeiro de 2008	Hospital Santa Cruz - HSC/SP	Saúde	Cooperação Sul-Sul	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa
II Curso de capacitação em negociações comerciais internacionais para países de língua portuguesa	janeiro de 2008 a março de 2008	Instituto Rio Branco - IRBr	Relações Exteriores	Cooperação Sul-Sul	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa
Curso de análise de laboratório - programa de capacitação de recursos humanos para o hospital Josina Machel, Luanda	fevereiro de 2008 a maio de 2008	Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP	Saúde	Cooperação Sul-Sul	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa
Curso técnico de radiologia - programa de capacitação de recursos humanos para o Hospital Josina Machel, Luanda	fevereiro de 2008 a maio de 2008	Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP	Saúde	Cooperação Sul-Sul	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa
Escola de Todos	março de 2008 a junho de 2010	Secretaria de Educação Especial - Ministério da Educação - SEESP	Educação	Cooperação Sul-Sul	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa
II Curso de administração hospitalar - programa de capacitação de recursos humanos para o hospital Josina Machel, Luanda	junho de 2008 a dezembro de 2008	Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ; Escola Nacional de Saúde Pública - ENSP	Saúde	Cooperação Sul-Sul	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa
IV Curso Internacional sobre Produção de Frutas Tropicais.	agosto de 2008 a janeiro de 2009	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	Agricultura	Cooperação Sul-Sul	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa
Fortalecimento da Preservação da Memória e da Produção Audiovisuais de Angola	setembro de 2008 a junho de 2010	Ministério da Cultura - MinC	Cultura	Cooperação Sul-Sul	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa
Fortalecimento da Gestão do Patrimônio Cultural de Angola	setembro de 2008 a junho de 2010	Ministério da Cultura - MinC	Cultura	Cooperação Sul-Sul	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa
XIII Curso Internacional sobre Doenças Tropicais - (JFY2008)	outubro de 2008 a dezembro de 2008	Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	Saúde	Cooperação Sul-Sul	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa
Missão para Planejamento do Censo Demográfico de 2010 e Detalhamento de Projetos de Cooperação Técnica na Área Demográfica em Angola	outubro de 2008 a março de 2009	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE	Planejamento	Cooperação Sul-Sul	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa

Missão de Capacitação da Pastoral da Criança a Angola	março de 2009 a julho de 2009	Pastoral da Criança - PC	Desenvolvimento social	Cooperação Sul-Sul	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa
IV Curso Internacional de Treinamento sobre Técnicas de Cultivo e Processamento de Mandioca	julho de 2009 a dezembro de 2009	Embrapa Mandioca e Fruticultura - EMBRAPA; Agência Japonesa de Cooperação Internacional - JICA	Agricultura	Cooperação Prestada Trilateral	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa
Capacitação para diplomatas dos Estados membros da CPLP	julho de 2009 a setembro de 2009	Instituto Rio Branco - IRBr; Ministério Das Relações Exteriores - MRE	Educação	Cooperação Sul-Sul	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa
Formação de Quadros nos domínios das Metodologias de Ensino, Metodologias qualitativa e quantitativa de Pesquisa Científica	outubro de 2009 a dezembro de 2009	Universidade de Brasília - UNB	Educação	Cooperação Sul-Sul	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa
Capacitação de Recursos Humanos na Área da Biblioteconomia	outubro de 2009 a fevereiro de 2010	Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC	Educação	Cooperação Sul-Sul	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa
Formação de Quadros nos domínios das Tecnologias Educativas	novembro de 2009 a dezembro de 2009	Instituto de Ensino Superior COC - IESCO	Educação	Cooperação Sul-Sul	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa
Apoio ao Fortalecimento da Gestão Pública em Guiné-Bissau e Angola. REVISÃO B	janeiro de 2010 a dezembro de 2010	Fundação João Pinheiro - FJP; Escola Nacional de Administração Pública - Enap; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD Brasil; Norwegian Agency for Development Cooperation - Norad	Administração Pública	Cooperação prestada trilateral	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa
Centro de Treinamento Angola - Apoio a Estruturação do Centro de Treinamento Profissional de Viana, Angola	fevereiro de 2010 a março de 2010	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI; Agência Japonesa de Cooperação Internacional - JICA	Trabalho e Emprego	Cooperação prestada trilateral	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa
II Curso Internacional de Treinamento para a Promoção da Saúde, Desenvolvimento Local e Municípios Saudáveis	agosto de 2010 a outubro de 2010	Universidade Federal de Pernambuco - UFPE; Agência Japonesa de Cooperação Internacional - JICA	Saúde	Cooperação prestada trilateral	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa
Workshop SENAI Formação Profissional	setembro de 2010 a outubro de 2010	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI; Agência Japonesa de Cooperação Internacional - JICA	Trabalho e Emprego	Cooperação prestada trilateral	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa
Curso de Prática Diplomática para Diplomatas dos Países Africanos de Língua Portuguesa	março de 2011 a maio de 2011	Instituto Rio Branco - IRBr	Educação	Cooperação Sul-Sul	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa
Capacitação de Militares de Angola - 2012	dezembro de 2011 a janeiro de 2013	Ministério da Defesa - MD	Defesa	Cooperação Sul-Sul	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa

Projeto de Modernização do Centro de Formação Profissional de Angola - PROMOCC	março de 2012 a abril de 2012	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI; Agência Japonesa de Cooperação Internacional - JICA	Trabalho e Emprego	Cooperação prestada trilateral	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa
Apoio às atividades da Pastoral da Criança Internacional em Angola	julho de 2012 a julho de 2013	Pastoral da Criança - PC	Desenvolvimento social	Cooperação Sul-Sul	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa
Capacitação de Militares de Angola - 2013	dezembro de 2012 a janeiro de 2014	Ministério da Defesa - MD	Defesa	Cooperação Sul-Sul	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa
Apoio à Formação Profissional Rural e Promoção Social em Angola	junho de 2010 a fevereiro de 2014	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR	Educação	Cooperação Sul-Sul	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa
Projeto Escola de Todos - Fase II	abril de 2011 a dezembro de 2014	Ministério da Educação - MEC	Educação	Cooperação Sul-Sul	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa
Capacitação de Diplomatas 2014 Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor Leste, Haiti, Suriname e Paraguai.	outubro de 2013 a dezembro de 2014	Instituto Rio Branco - IRBr	Educação	Cooperação Sul-Sul	http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa